

SOCIEDADES DE DOMINAÇÃO E SOCIEDADES DE PARCERIA

A investigação dos pressupostos do capital social, sobretudo a partir das considerações de Humberto Maturana – segundo as quais o ser humano-social é constitutivamente colaborativo – coloca uma questão inelutável. Se o ser humano tem uma tendência básica para cooperar, por que surgiram, no seio das coletividades humanas, formas hierárquico-verticais de relacionamento e modos violentos e coercitivos de regulação dos conflitos inerentes à institucionalização dessas formas, que coíbem a cooperação e induzem à competição? E coloca, também, uma outra questão conexa: por que isso tem ocorrido, sistematicamente, pelo menos nos últimos seis mil anos?

Os trabalhos de Maturana reforçam a hipótese de que não somos necessariamente predadores eco-sociais. Segundo Maturana, como vimos, foi a cultura patriarcal que, destruindo as bases colaborativas da cultura matrística, introduziu um modo de coexistência que valorizou a competição, tendo resultado daí um universo social dominado pela guerra, pelas hierarquias e pelo poder. Todavia, Maturana não esclarece bem a partir de que momento da história ou da proto-história da nossa civilização ocorreu esta mudança cultural.

Levantou-se nos últimos anos a hipótese de que em algum momento do final do quinto milênio (ou no início do quarto) entramos num dos ramos de uma bifurcação que nos conduziu a esse tipo de civilização em que vivemos. Se tivéssemos tomado o outro caminho, tudo teria sido diferente (Abraham et al., 1989). [Abraham, Ralph; McKenna, Terence e Sheldrake, Rupert (1989). Caos, criatividade e retorno do sagrado: triálogos nas fronteiras do Ocidente. São Paulo: Cultrix-Pensamento, 1994.]

Ora, se conseguirmos descobrir alguma coisa das origens da visão de mundo que acompanhou e possibilitou a criação desse tipo de civilização em que vivemos – patriarcal, guerreira e dominadora: a civilização dos predadores eco-sociais – quem sabe poderemos imaginar como tudo poderia ter sido diferente. Se tivéssemos tomado o outro ramo da bifurcação, quem sabe fôssemos hoje algo assim como simbioses ao invés de predadores.

Talvez não seja possível detectar os rastros de um simbiote primitivo, se é que ele existiu; ou seja, apresentar evidências da presença pré-histórica de seres humanos que viviam em regime de parceria, entre si e com a natureza. Todavia, parece não ser impossível imaginar como seria uma civilização de simbioses desenvolvidos, ao invés da atual civilização de predadores desenvolvidos. Este é o motivo pelo qual vale a pena o esforço de investigar as características originais do padrão do predador, ou seja, o seu fenótipo, para tentar, depois, imaginar como seria uma sociedade de simbioses desenvolvidos, ou seja, para cotejar a estrutura e a dinâmica de uma sociedade de dominação, por um lado e de uma sociedade de parceria, por outro. Porque sociedade de parceria seria aquela na qual prevalecem relações de parceria que são, por definição, relações produtoras de capital social.

1 – Predador ou simbiote?

Muitas pessoas acreditam que a violência é inata ao ser humano. Ou, pelo menos, que existiu uma adaptação evolutiva que favoreceu ao desenvolvimento de grupos que utilizaram sistematicamente a

violência para instaurar e manter a ordem social. Segundo essas pessoas, a violência tem uma origem sagrada: o sacrifício. A idéia de sacrifício humano como fundamento da ordem social estaria profundamente arraigada no subconsciente religioso. Essa idéia derivaria de uma tendência para a destruição que seria própria do ser humano. Para tais pensadores, alguns grupos humanos foram capazes de se impor aos demais porque estavam aglutinados pelo poder ritual de matar. Nesse sentido, o sacrifício teria dado forma à sociedade, instalando uma ordem inabalável, porque a espécie humana é aquela espécie dos seres que matam – como se pode constatar, por exemplo, no livro “African Genesis” de Robert Ardrey (Ardrey, 1961). [Ardrey, Robert (1961). “African Genesis”. New York: Atheneum, 1961.]

Já estamos tão acostumados com essa visão que nem nos damos conta da sua crueldade. Quase todo mundo que assistiu “2001, Uma Odisséia no Espaço” achou o filme excelente. Mas quase ninguém prestou atenção ao fato de que a história contada no filme se baseia, como já assinalamos, numa visão problemática e perversa. O macaco se transforma em homem quando mata o outro ser da sua espécie. Usando uma arma - um osso, transformado em ferramenta para matar - aquele macaco do filme de Kubrick, como diz Thompson (1987), dá início ao progresso. A história do filme “2001” apenas reflete a idéia de que todas as importantes descobertas tecnológicas primitivas foram feitas pelo caçador e pelo guerreiro, ao buscarem uma maneira mais eficaz de matança. Assim, teria sido a ferramenta utilizada para matar que nos tornou humanos. [Thompson, William Irwin (1987). “As implicações culturais da nova biologia” in Thompson, W. I. (org.) (1987). Gaia: uma teoria do conhecimento. São Paulo: Gaia-Global, São Paulo, 1990.]

A maioria das pessoas é levada a acreditar nessa idéia porque ela tem uma aparência de verdade científica. Porém a ciência não nos obriga a acreditar que a violência seja inerente ou constitutiva da natureza humana e nem que a civilização tenha se desenvolvido a partir da arma ou do ato de matar. Podemos supor que algo aconteceu para que as coisas passassem a ser assim, o que significa admitir que elas não foram sempre assim.

Mas é muito difícil desenvolver o ponto de vista segundo o qual os primórdios da consciência humana não estão relacionados com a descoberta de armas para matar. Porque a história que nos contaram nas escolas e universidades parece mostrar exatamente o contrário. Com efeito, vários pesquisadores descobriram, nos túmulos dos períodos egípcio e babilônico, evidências de sacrifícios humanos em massa. Toda a ordem social que predominou no mundo nos últimos milênios parece, desse ponto de vista, estar baseada na prática instrumental de matar e na imposição deliberada de sofrimentos aos seres humanos.

Mas é possível pensar que a ordem social baseada na morte provocada pelas armas e na destruição desencadeada pela guerra seja apenas um tipo de ordem social. Alguns pesquisadores imaginam que esse tipo de ordem não existia, por exemplo, na cultura Vinca, que florescia nos Balcãs há 7 mil anos atrás (Gimbutas, 1982). [Gimbutas, Marija (1982). The Goddesses and Gods of Old Europe: 7000-3500 b.C. Berkeley: University of California Press, 1982; The Indo-Europeans in the fourth and third millennia. Karoma Publishers, 1982; e “Women and Culture in Goddess-Oriented Old Europe” in Spretnak, Charlene (org.). The Politics of Womens Spirituality. New York: Anchor, 1982.]

Alguns pesquisadores imaginam que antes da nossa civilização patriarcal, guerreira e dominadora

existia um outro tipo de sociedade. Uma sociedade na qual os seres humanos viviam em regime social de parceria, em relativa harmonia entre si e com a natureza. Para uma parte de tais pesquisadores foi a cultura patriarcal de algumas hordas seminômades de guerreiros (indo-europeus) que destruiu uma cultura uniforme e pacífica que se estendia por toda a Europa Antiga, durante vinte mil anos, do paleolítico ao neolítico (Gimbutas, 1977; 1980; 1982; 1991 e Eisler, 1987). Esse povo teria invadido, dominado e imposto sua estrutura social hierárquica e autoritária – a governada por poderosos sacerdotes e guerreiros, legitimada por deuses masculinos da guerra e das montanhas, voltada para o desenvolvimento de tecnologias de destruição – às aldeias agrícolas neolíticas que viviam em parceria e cultuavam a deusa-mãe Terra (Idem). [Gimbutas, Marija (1977). “The First Wave of Eurasian Steppe Pastoralists into Copper Age Europe”, The Journal of Indo-European Studies, 5, wint., 1977; e “The Early Civilization of Europe”, monogr. Indo-European Studies, 131. Los Angeles: University of California, 1980. Eisler, Riane (1987). O Cálice e a Espada: nossa história, nosso futuro. Rio de Janeiro: Imago, 1989.]

Supõe-se que o poder conduzido pelos invasores patriarcais era de um tipo muito diferente daquele que existia nas sociedades agrícolas de parceria. O poder dos primeiros era um poder de dominar e destruir, enquanto que o poder nas aldeias neolíticas era uma capacidade de sustentar e alimentar a vida (Eisler, 1987). O poder dos invasores era baseado na arma. Eles cultuavam a arma. As armas eram sagradas, representavam as funções e os poderes de deus e eram adoradas como representações do próprio deus. O guerreiro e sua arma eram instrumentos divinos.

Ninguém sabe ao certo o que teria acontecido para que surgisse um povo com tais características. Ninguém sabe ao certo porque primitivos povos de caçadores e criadores de animais foram transformados em invasores “profissionais” que desenvolveram uma ideologia sacerdotal-militar. Ninguém sabe ao certo nem onde, nem quando, nem como surgiram esses predadores, que saíram pelo mundo a fora matando, mutilando, arrasando aldeias pacíficas, escravizando povos, deixando por onde passavam um rastro de destruição social e ambiental.

A hipótese mais difundida para explicar porque certas tribos primitivas de caçadores ou pastores foram levadas a se organizar para a guerra e para a conquista, se baseia na escassez. As tribos de conquistadores que se espalharam pelo mundo a partir do quinto ou do quarto milênios viviam provavelmente em ambientes áridos, em estepes. A escassez de recursos obrigou essas tribos a se dispersarem para outras paragens, em busca de água e de comida. Quando essas tribos entraram em contato com aldeias neolíticas já estabelecidas – que possuíam, em alguns casos, abundância de tudo aquilo de que precisavam – houve conflito. Os invasores logo perceberam a necessidade de fabricar armas e de se organizar melhor para conseguir se apropriar do excedente econômico produzido nessas aldeias. Foi aí que começaram a desenvolver um outro padrão de organização social, voltado para a guerra, para o saque, para a conquista.

A hipótese da escassez como fator originante do homem hostil permanece sendo a mais “lógica”, porque é parte da “nossa lógica” de predadores. Isso sempre acontece: quando tentamos explicar o passado, projetamos no passado a cabeça que temos – no caso, a “cabeça do predador” – imaginando que os povos primitivos reagiriam “naturalmente” da mesma forma como nós reagiríamos se estivéssemos no seu lugar.

A hipótese segundo a qual foi diante da escassez de recursos sobrevivenciais que habitantes das regiões áridas tornaram-se invasores cada vez mais organizados de aldeias, tendo tudo começado a partir daí, é uma explicação que se curva diante do império das condições objetivas, materiais, econômicas. Segundo esse ponto de vista, os conquistadores patrilineares que introduziram uma sofisticadíssima ordem hierárquica, sacerdotal-guerreira e autocrática em sociedades agrícolas de parceria mais humanas e mais sustentáveis, seriam apenas vítimas das condições climáticas desfavoráveis. Com isso muitos ficam satisfeitos: o homem hostil é um resultado do clima hostil. Pronto. Está tudo explicado!

É possível, entretanto, fazer um esforço para pensar com outra cabeça. Podemos imaginar um coletivo estável do ponto de vista social e ambiental, que não domine a natureza mas conviva com ela. O elemento humano desse coletivo não é um parasita ou um predador, mas algo assim como um simbiote.

Face a escassez de recursos, a reação “natural” do simbiote é a de aceitar a dissolução da cadeia da vida que o sustém e, simplesmente, morrer. A atitude diante da morte é radicalmente diferente quando se está em sinergia com os elementos que constituem o sistema que chamamos de vida numa escala mais ampla (como a das sociedades, dos ecossistemas e do próprio planeta). Talvez por isso a perda do território e a devastação dos seus ecossistemas represente de fato a morte para tribos paleolíticas remanescentes – como as de alguns de nossos indígenas atuais – mesmo que seus integrantes continuem respirando, biologicamente vivos. A tendência dessas tribos tem sido, muitas vezes, a de se deixarem morrer, não tendo mais filhos ou, até mesmo, através do suicídio coletivo de seus membros. Quem não aceita a morte é o predador, que talvez seja predador por isso mesmo, porque não aceita a morte.

Quando tentamos explicar o comportamento dos povos pré-históricos, projetamos no passado a “cabeça do predador”. Imaginamos que grupos ameaçados em sua sobrevivência são necessariamente forçados a saquear, violar, mutilar e destruir outros grupos. E que, a partir daí, tomando gosto pela coisa, organizam e sofisticam seu sistema social para a pilhagem e a guerra. O que, por sua vez, traz a necessidade de domínio permanente para sufocar conflitos internos que podem desestabilizar a nova ordem instalada. Segundo o ponto de vista do senso comum científico, assim se reuniriam os elementos do poder vertical.

Ora, se a escassez é a origem do homem hostil, os sistemas de dominação deveriam ter brotado em muitos lugares onde, certamente, ocorreu escassez provocada por intempéries e condições climáticas desfavoráveis. E não apresentariam tantas semelhanças entre si, como de fato apresentam. O problema para essa explicação é que os primeiros vinte ou trinta grandes sistemas de dominação que surgiram entre o quinto e o segundo milênios antes de Cristo, replicam o mesmo padrão civilizatório que apareceu primeiramente em um lugar: a antiga Mesopotâmia. Isso não pode ser explicado em virtude de coincidências. E nem, muito menos, pela hipótese de que a predação eco-social conduz necessariamente a um tipo único e universal de padrão, como se existissem leis históricas de evolução ou regressão das sociedades já traçadas de antemão.

Por mais fantástica que possa parecer resta a hipótese de que o predador foi gerado numa constelação particularíssima, que se formou em algum momento da proto-história sumeriana, possivelmente entre

meados do quinto e o início do quarto milênios a.C. Alguma coisa aconteceu, há seis mil anos atrás... uma bifurcação. Houve uma experiência fundante, que abriu um precedente, inventou uma tradição que induziu a replicação, em outros locais e em outras épocas, do mesmo “modelo” ao longo dos últimos cinco milênios, como supôs o matemático Ralph Abraham no final da década de 80 (Abraham et al., 1989). [Op. Cit.]

2 – A hipótese do precedente sumeriano

A hipótese da bifurcação, mencionada acima, foi aventada, em termos muito especulativos, pelo matemático Ralph Abraham. Mas os estudos de eruditos pesquisadores, como Joseph Campbell e Samuel Kramer, não parecem contradizê-la.

Com efeito, é surpreendente constatar, como já o fez há mais de quarenta anos Joseph Campbell (1959), que os elementos centrais da nossa cultura, dita civilizada, compareciam numa espécie de modelo ou protótipo ensaiado em Cidades-Templos-Estados como Eridu, Nippur, Uruk, Kish, Acad, Lagash, Ur, Larsa e Babilônia. “Um importante desenvolvimento, escreve Campbell, repleto de significado e promessas para a história da humanidade nas civilizações por vir, ocorreu... [por volta] (de 4.000), quando algumas aldeias camponesas começaram a assumir o tamanho e a função de cidades mercantis e houve uma expansão da área cultural... pelas planícies lodosas da Mesopotâmia ribeirinha. Esse é o período em que a misteriosa raça dos sumérios apareceu pela primeira vez em cena, para estabelecer-se nos terrenos das planícies tórridas do delta do Tigre e do Eufrates, que se tornariam em breve as cidades reais de Ur, Kish, Lagash, Eridu, Sipar, Shuruppak, Nipur e Erech... E então, de súbito... surge naquela pequena região lodosa suméria – como se as flores de suas minúsculas cidades subitamente vicejassem – toda a síndrome cultural que a partir de então constituiu a unidade germinal de todas as civilizações avançadas do mundo. E não podemos atribuir esse evento a qualquer conquista da mentalidade de simples camponeses. Tampouco foi a consequência mecânica de uma mero acúmulo de artefatos materiais, economicamente determinados. Foi a criação factual e claramente consciente (isto pode ser afirmado com total certeza) da mente e ciência de uma nova ordem de humanidade que jamais havia surgido na história da espécie humana: o profissional de tempo integral, iniciado e estritamente arregimentado, sacerdote de templo”. (Joseph Campbell, 1959: 124.6) (n. i.) (n. g.). [Campbell, Joseph (1959). *As Máscaras de Deus: Mitologia Primitiva*. São Paulo, Palas Athena, 1992.]

Mais surpreendente ainda é ver que esse modelo já estava em pleno funcionamento, segundo interpretações de relatos que ainda não puderam ser contestadas, a partir do início do quarto milênio. Toda a obra de Kramer, em particular “A História Começa na Suméria” (1986), é uma coletânea de evidências sobre as raízes sumerianas do atual padrão civilizatório patriarcal, guerreiro e dominador (1).

Os estudos de Campbell e Kramer reforçam a idéia segundo a qual os sistemas sociais de dominação, caracterizados pela prevalência de atitudes autocráticas diante da política e hierárquicas diante do poder, surgiram e se desenvolveram em consonância com atitudes sacerdotais diante do saber e com atitudes míticas diante da história. A autocracia imposta pelos monarcas-militares e a hierarquia introduzida pelos guerreiros-conquistadoras são implicadas por uma visão mítico-sacerdotal do

mundo, que não surge “naturalmente”, como consequência de qualquer coisa que se pudesse identificar como evolução humana.

Segundo os historiadores, o que ocorreu de tão notável na antiga Suméria foi (além da escrita, é claro), o surgimento da cidade – a chamada “revolução urbana”. Portanto, a Suméria teria sido o berço da civilização. Mas ao que tudo indica, algum tipo de civilização já existia há vários milênios. Cidade por cidade, tínhamos Jericó (fundada talvez entre 8.350 e 7.350), Çatal Hüyük (cujas escavações arqueológicas retrocederam até a data de 6.250, ou antes) e Hacilar (que, com certeza, era habitada de 5.700 a 5.000).

O que muitos historiadores não percebem na Suméria é a afirmação de um novo padrão civilizatório, em substituição ao padrão (neolítico) anterior. O notável na antiga Suméria não é a cidade em si, mas o tipo de cidade. O que caracteriza essa cidade sumeriana é o fato dela ser uma Cidade-Templo.

O precedente sumeriano se refere ao fato de que o cosmos social na Suméria passou a ser ordenado por um cosmos sobrenatural. As pessoas não apenas serviam, mas viviam no Templo (existem registros dizendo isso: as conhecidas “Tábuas de Fara”). O muro da cidade não separava somente o contrterrâneo do estrangeiro, porém o sagrado do profano. Ao fazer isso, promovia uma equivalência de status entre os conceitos de ‘outro’ e ‘profano’. Criava-se assim um pré-curso, um sulco para o futuro: o muro como símbolo do que afasta e separa do outro (o qual pode profanar ou tornar impuro o próprio modo de ser). Sem esse tipo de separação, de cuja gênese social encontramos um precedente de larga escala na antiga Suméria, não poderia ter se consolidado a dominação do poder vertical na terra dos homens.

A chamada “revolução urbana” ocorrida na antiga Suméria foi, na verdade, um processo de aprisionamento da vida social pelos muros materiais e espirituais do Templo-Palácio. Os ritmos da vida social e pessoal neolítica foram radicalmente alterados, substituindo-se os elementos naturais que participavam da existência humana por outros elementos, “sintéticos”, produzidos em laboratório. Um desses principais elementos sintéticos ou artefatos eram as armas. A pedra fundamental da cidade era a arma sagrada (SHU.HA.DA.KU), quer dizer, a arma de uso restrito, que só os superiores podiam manejar. Os registros sumérios contêm nomes de armas horríveis: o “supremo caçador” (SAR.UR), o “supremo exterminador” (SHAR.GAZ), a “arma com cinquenta cabeças letais” (IB). E dezenas de outras, como o “supremo assassino”, o “olho levantado que inspeciona a terra”, o “feixe de emissões levantado”.

Para que tantas e tão terríveis armas? Segundo os textos encontrados, “para destruir as cidades más - limpá-las da oposição contra o Altíssimo” ou para “subjuugar cidades más em terras estrangeiras”. A expressão “limpá-las da oposição” diz tudo. A oposição ou a não aceitação do jugo dos superiores, é o mal, a sujeira que deve ser limpada porque pode contaminar o que é puro, que precisa ser mantido separado para não ser contaminado. Neste caso, a violação, a destruição e a morte executadas por intermédio da arma se justificam eticamente. Estão respaldadas pela moralidade estabelecida pelos superiores.

Existem registros dizendo que em tempos imemoriais os DIN.GIR chegaram ao nosso mundo, escolhendo o sul da Mesopotâmia para se instalar. Deram a essa região o nome de KI.EN.GIR e ali

fundaram os primeiros povoados. Os DIN.GIR eram uma espécie de super-homens, imortais ou extremamente longevos, e possuidores de avançado conhecimento tecnológico, sobretudo de tecnologias de destruição, que lhes permitiam fabricar armas terríveis. (Muito tempo depois esses DIN.GIR seriam chamados de deuses, pela primeira vez pelos gregos). Esses primeiros registros (de todos que encontramos) que tratam de lendas sobre as relações entre “deuses” e homens na terra, são provenientes da Suméria. A Suméria era a terra de “shumer” – maneira como os acádios (um povo que veio depois) chamavam KI.EN.GIR.

Não podemos saber quem eram os DIN.GIR. Nem mesmo se existiram, de fato, esses seres diferentes, que vieram de algum outro lugar, sobre os quais o povo que viveu na terra de “shumer” construiu suas lendas de “deuses”. Entretanto, os relatos sobre sua natureza, seu comportamento, suas realizações e suas façanhas heróicas contêm uma informação importante: eram seres guerreiros.

As crônicas da corte de AN (posteriormente denominado Anu pelos acádios) – o ser supremo, o chefe da dinastia dos DIN.GIR que teria ordenado a colonização do sul da Mesopotâmia – estão repletas de intrigas, atentados, golpes de Estado e usurpações características de qualquer monarquia antiga. Não eram seres virtuosos esses “deuses” guerreiros, envolvidos constantemente em disputas terríveis por sucessão e supremacia, preocupados acima de tudo com a pureza genética de suas linhagens.

O que parece distinguir os DIN.GIR dos humanos é seu avançado conhecimento, em especial tecnológico. Seu poder dá a impressão de ter como base a posse de horríveis tecnologias de destruição. Seu domínio sobre os homens – como o de EM.LIL, o “senhor do comando”, herdeiro de AN e chefe da “missão” dos DIN.GIR na terra sumeriana – estabelece-se claramente pelo terror. Além do conhecimento avançadíssimo – ou provavelmente em virtude desse conhecimento – mais uma coisa distingue os DIN.GIR dos seres humanos: a sua aparente imortalidade. Isso é que é tão assustador nos relatos sumérios. Teríamos sido criados e, depois, colonizados (rigorosamente falando em termos históricos: civilizados) por seres com uma estrutura moral deplorável, mas possuidores de uma alta tecnologia que lhes garantia, inclusive, a imortalidade. Ou, no mínimo, incomensurável longevidade.

Os “deuses” sumérios (que logo foram meio que “copiados” por todas ou quase todas as civilizações antigas!) não são seres espiritualizados, no sentido que hoje atribuímos à este conceito. Pelo contrário, parecem até ser materialistas. Aliás, as lendas sumérias sobre os DIN.GIR não se parecem nem um pouco com peças religiosas. Os “deuses” sumérios são hierarcas, às vezes brutais, genocidas, carnívoros, que ocultam seu conhecimento para acumular poder e para exercer e ampliar seu domínio sobre seus pares e sobre os humanos. Além disso, ao que tudo indica, não morrem facilmente. Aqui parece estar uma das chaves da questão. A recusa em aceitar a morte (característica principal de todos os hierarcas-predadores) pode estar na raiz dessa concepção de “seres superiores” projetada nos DIN.GIR das lendas sobre a pré-história sumeriana.

É espantoso que todos os deuses de todas as civilizações antigas se pareçam tanto. Os mais antigos textos que encontramos – dos acádios, dos egípcios e dos indo-europeus; e depois dos assírios e babilônios, dos cretenses e gregos – contam histórias muito parecidas de deuses, que confirmam relatos sumérios anteriores. Do vale do Indo ao Mediterrâneo oriental, das margens setentrionais do Mar Cáspio ao Golfo Pérsico, das terras banhadas pelo Nilo ao vale mesopotâmico, entre o Tigre e o

Eufrates, e a leste do Tigre, e a oeste do Eufartes, as teogonias são extremamente semelhantes. Amoritas, cananitas, hurritas, hititas e arianos – todos dizem que existiam deuses na Terra. Antes dos homens. Os homens teriam sido criados para servir aos deuses. Em alguns casos como trabalhadores mesmo. Operários amestrados de quem os deuses exigiam trabalho, submissão às regras e oferendas sacrificiais.

Os mais antigos textos que encontramos falam também que a monarquia e a hierarquia e o sacerdócio – a “coroa” e o “cetro” e o “bastão”; em suma os elementos do poder vertical que compõem o que poderíamos chamar de paradigma da tradicionalidade – foram instituídos entre os homens pelos próprios deuses.

Ora, se as coisas não se passaram realmente assim, por que elas foram escritas assim por tantos e tão diferentes atores? A hipótese mais óbvia é a de que os antigos “deuses” sumérios foram criados pelos homens, para legitimar algum tipo de comportamento dos poderosos da época. Pelo que se pode depreender dos relatos, esses “deuses” intrigantes, belicosos, que em geral não amavam a humanidade e nem aos seus pares, guerreando constantemente entre si e algumas vezes até executando genocídios de seres humanos, são parecidos demais com os homens realmente existentes de uma cultura patriarcal. Em quase nada diferem dos seres humanos que, segundo a tradição, eles próprios criaram em termos materiais, dando entretanto a impressão de que, de fato, por estes últimos é que foram criados, em termos espirituais. Deuses feitos à nossa imagem e semelhança...

A explicação parece boa, não há dúvida, ainda que não responda a todas as questões. A mitologia, a religião e sobretudo a astronomia da antiga Mesopotâmia, estão repletas de evidências de uma súbita e avançadíssima civilização que – como constatou, perplexo, Joseph Campbell – simplesmente, apareceu, como que do nada, entre o Tigre e o Eufartes, há seis mil anos atrás. Não há, aparentemente, nenhuma linha de continuidade entre a Suméria e as aldeias neolíticas que estão sendo agora descobertas pelos escavadores, naquela região e em outras regiões da Ásia e da Europa antiga.

3 – O protótipo civilizatório

É surpreendente constatar que os elementos centrais da nossa cultura, dita civilizada, compareciam numa espécie de modelo ou protótipo ensaiado em Cidades-Templos-Estados como Eridu, Nippur, Uruk, Kish, Acad, Lagash, Ur, Larsa e Babilônia. E o mais surpreendente ainda é ver que esse modelo já estava em pleno funcionamento, segundo interpretações de relatos que ainda não puderam ser contestadas, a partir do início do quarto milênio. O que permanece para nós como algo definitivamente desconcertante e, ao mesmo tempo, revelador, é o fato de ter sido ensaiado na Suméria, pelo menos entre 3.800 e 1.800 a.C. (para ficarmos dentro dos limites do tempo histórico) um modelo social patriarcal, sacerdotal-militar e monárquico, de cuja gênese não se tem nenhum tipo de informação.

As mais antigas inscrições sumérias, acádias, assírias e babilônicas, recolhidas, traduzidas e compiladas por especialistas de renome, revelam que os supostos colonizadores da Mesopotâmia fizeram pelo menos cinco coisas notáveis para definir o tipo de civilização que se espalharia depois: a) instituíram a monarquia humana, investindo sacerdotes e sagrando reis como intermediários; b)

trouxeram o domínio e a guerra como forma de suprimir e de resolver conflitos; c) conceberam armas terríveis (ou assim consideradas); d) estabeleceram uma moralidade normativa, baseada na obediência e repressora da sexualidade; e, e) introduziram na humanidade toda a sorte de restrições, visando separar o sagrado do profano e o puro (inclusive em termos genéticos!) do impuro.

Em relação aos surpreendentes relatos sumérios, talvez estejamos diante de projeções, no passado, feitas por civilizações bem posteriores. Quem sabe os babilônios e os assírios – que já possuíam um sistema de dominação que levou um ou dois milênios para se estruturar – não estavam apenas tentando legitimar tudo? E aí inventaram lendas sobre a sua origem, fabricando mitos sobre os “deuses” sumérios e seus atributos, que apenas reforçavam e possibilitavam a manutenção e a reprodução do seu próprio modelo social dominador.

Neste caso, não teria havido protótipo sumeriano algum. Mas um “pós-tótipo” (com perdão do mal-jeito), projetado no passado por sociedades que já viviam segundo um modelo social dominador. A hipótese é verossímil, mas esbarra, em um ou outro lugar, no material encontrado: milhares de tabuinhas de argila, provenientes da Suméria, encontradas pelos escavadores, que foram datadas pelos métodos mais avançados que possuímos.

Por outro lado, existem indícios de que os sumérios não apenas desenvolveram historicamente o que chamamos de civilização. Eles também sistematizaram teoricamente um modelo dessa civilização para ser replicado em outros locais – o que reforça a idéia de protótipo.

O fato é que meio milênio antes do Egito, um milênio antes da civilização do vale do Indo, já havia se realizado na Suméria um modelo social patriarcal, sacerdotal-militar e monárquico que, de fato, parece ter sido replicado naquelas duas outras civilizações e que, até hoje, “ressoa” em nossa civilização dita moderna. E é muito improvável que um “código replicativo” tão complexo como o da nossa civilização patriarcal pudesse ter sido elaborado por alguma horda bárbara, das que teriam invadido o Ocidente, em levadas sucessivas, do final do quinto ao início do terceiro milênios (a. C). Lendo os textos, ficamos com a impressão de que o software já estava pronto no início do quarto milênio. Pois a história da Suméria não registra nenhuma evolução do modelo, levando a pensar que o surgimento da história (não só da Suméria, mas de todo o mundo dito civilizado) é a emersão, de uma vez, a materialização, acabada, de uma espécie de protótipo, que poderíamos chamar de protótipo sumeriano.

É claro que tudo isso é muito especulativo, mas o que nos interessa, para além do que realmente aconteceu, é desvelar o significado do que se diz que aconteceu, ou melhor, interpretar o por que de se dizer que as coisas aconteceram assim. Nesse sentido, a mitologia conhecida pode revelar mais do que a história conhecida (inclusive porquanto esta última permanece, em grande parte, realmente desconhecida).

4 – A mitologia como genética civilizacional

A genética do que chamamos de civilização parece ser a mitologia, não a história, se o que convencionamos chamar de civilização só ocorre após a introdução da escrita e da revolução urbana

na antiga Mesopotâmia, quer dizer, na Suméria.

Na mitologia sumeriana o homem foi criado pelos Senhores – os DIN.GIR – para suportar o jugo, sofrer a fadiga. Já foi criado como trabalhador, escravo dos deuses. E foi a escravidão do homem que propiciou a liberdade dos deuses. Num antigo texto - chamado “A Epopéia da Criação” – Marduk (um DIN.GIR sumério) fala assim: “Eu produzirei um primitivo inferior; “Homem” será seu nome. Eu criarei um trabalhador primitivo; ele será encarregado do serviço dos deuses, para que estes possam ter seu descanso”.

A “lógica” da coisa é muito clara. O homem é um ser inferior, servo dos deuses que são seres superiores. Logo, o homem também deve ser servo daqueles que foram instituídos na terra como representantes ou intermediários dos deuses: os Sacerdotes-Reis! E assim como os seres humanos, nas primeiras civilizações, não adoravam propriamente a seus deuses, antes os temiam e trabalhavam para eles (o termo bíblico *avod*, traduzido por “adoração”, pode também significar “trabalho”), assim também deveriam trabalhar para seus superiores humanos que representavam os superiores divinos. Sem dúvida, uma mitologia muito conveniente para os poderosos.

Os relatos sumérios contam que, inicialmente, as cidades foram governadas pelos próprios “deuses”. Com o tempo, estes soberanos “divinos” teriam instituído intermediários entre eles e o povo. Tais intermediários deveriam ser “como deuses”. A realeza foi assim introduzida como uma ponte entre os senhores e a humanidade. A monarquia, desde que surgiu, já era sacerdotal. Não é a toa que o primeiro tipo de cidade-Estado que apareceu no planeta foi justamente a cidade-Templo sumeriana. O objetivo dos governadores humanos era assegurar o serviço humano aos “deuses” e transmitir os ensinamentos e as leis desses mesmos “deuses” ao povo em geral. Os mais antigos registros sobre o assunto, encontrados na Suméria, dizem que os primeiros reis humanos foram reis-sacerdotes, que reuniam o poder material (ou temporal) e o poder espiritual, simbolizados pela coroa (ou tiara), pelo cetro e pelo bastão (ou cajado) - símbolos que, significativamente, permanecem até hoje!

Na antiga Suméria os superiores humanos tinham a missão de ensinar aos inferiores humanos o “caminho certo”, os “costumes certos” e a “adoração adequada”, através de um sistema imposto de regras práticas de comportamento e normas de moralidade. Mas a moralidade humana, que regulava a vida dos inferiores, não era a mesma moralidade dos superiores. A ortodoxia moral que valia para os homens não valia para os deuses. Para constatar isso basta ler os relatos sobre mentiras, tramas, traições, incestos, manipulações e violações de direitos que compõem as crônicas das cortes divinas.

A moralidade introduzida na cidade sumeriana era na verdade (com perdão do trocadilho) uma “muralidade”. Existiam muros, muitos muros, separando tudo, para manter a pureza dos lugares que não deveriam ser profanados. O recinto sagrado era, inicialmente, (como revela a etimologia da palavra “sagrado” em língua suméria), o espaço separado, cujo acesso era permitido apenas aos superiores ou àqueles a quem estes designavam.

Se existiu mesmo essa “noite dos tempos” em que o poder vertical foi fundado na terra, ela deve ter ocorrido entre o quinto e o terceiro milênios a.C. O período mais provável é o quarto milênio onde, aliás, já se tem notícia de um sistema de dominação organizado pelos proto-indo-arianos na planície de Gorgan, no nordeste do Irã. Porém antes disso um protótipo do que chamamos de civilização havia

sido ensaiado em Kish e em outras teocracias rigidamente centralizadas da antiga Suméria.

Começando pelas Cidades-Templos sumerianas, a expansão desse tipo de sistema de dominação se deu no terceiro e no segundo milênios, com os impérios egípcio, sobretudo na chamada “era das pirâmides” (entre 2.700 e 2.200), e babilônico, por volta do ano 2.000 (a. C.). Temos também o império hitita na Anatólia, entre 1.600 e 1.200 (a. C.). O Estado Assírio, por volta do ano 1.800 (a. C.). E, bem antes, o de Sargão, entre 2.400 e 2.200 aproximadamente. Todos eles fazem parte desse tempo inaugural de guerras, dessa chamada “idade dos heróis” que Jacques Dupuis disse, com razão, que nada mais era do que uma idade de predadores e de senhores. [Dupuis, Jacques (1987). Em nome do pai: uma história da paternidade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.]

5 – Origens espirituais da dominação social

A constatação de que os sistemas sociais de dominação, caracterizados pela prevalência de atitudes autocráticas diante da política e hierárquicas diante do poder, tenham surgido e se desenvolvido em consonância com atitudes sacerdotais diante do saber e com atitudes míticas diante da história, me leva a pensar que não se pode explicar a dominação social sem investigar as suas origens espirituais.

Da referência inicial do calendário de Nippur – introduzido na pré-história da Suméria – aos nossos dias, já se vão quase seis mil e quinhentos anos. São mais de seis milênios sob o mesmo “modelo”, onde as civilizações derivantes do protótipo sumeriano recombinaem padrões básicos em novas constelações. As matrizes que dão origem a tais padrões, entretanto, permanecem fundamentalmente as mesmas. É possível que tenham existido sociedades que escaparam da reprodução do que se chamou aqui de protótipo sumeriano, mas apenas em certos aspectos e durante curtos períodos. Ao que se possa supor, os cretenses e os hebreus. Talvez algumas remanescências de aldeias neolíticas na Europa e no Oriente Próximo e de tribos paleolíticas nas Américas e em outras partes do mundo. Talvez. Mas o que se chamou de expansão da civilização indica – não há como negar – um processo de clonagem cultural, cuja matriz nos remete à Suméria.

Pode-se caracterizar uma civilização pelos seus padrões socialmente esperados de conduta, ou seja, pela sua moralidade. A moralidade da nossa civilização patriarcal tem suas raízes nas separações entre bem e mal: justo e injusto, puro e impuro, luz e trevas, sagrado e profano, divino e humano, ordem e caos. A ordem justa, pura e luminosa, sagrada e boa porque desejada por deus, pode ser autocrático-hierárquica. Isso não se questiona. Mas o caos, a (des)ordem que atenta contra essa ordem, representa a impureza que deve ser purificada, as trevas que devem ser iluminadas, a profanação do sagrado – um atentado à vontade de deus. Este mal que deve ser combatido pelo “bom combate” é uma disfunção, um desarranjo funcional no interior do sistema. Ou do esquema.

Esse esquema mítico continua informando nosso sentido de moralidade em plena época moderna. Pelo menos a metade dos desenhos animados que nossas crianças assistem diariamente na TV, o replicam diretamente. Isso para não falar na maior parte dos filmes de ficção científica, que projetam modelos semelhantes no futuro. Não importa se estamos no século XXV ou no quinto milênio depois de Cristo: lá encontraremos quase sempre imperadores ou barões envolvidos em confrontos de casas e dinastias, heróis “brancos” em guerra contra vilões “negros”. É o futuro mais longínquo replicando a

tradicionalidade.

Nesse modelo do “hierarca-bom x hierarca-mal”, o hierarca bom legitima a atitude hierárquica diante do poder. O justo monarca legitima as autocracias. O “guerreiro da luz” legitima a existência da guerra e, conseqüentemente, o emprego e a fabricação da arma.

O padrão de contraposição “bem x mal” está tão entranhado no inconsciente da humanidade, ou naquilo que foi chamado de “alma do mundo”, que imaginamos que a dinâmica da psique funciona assim porque espelha uma ordem cósmica mais geral, na qual todas as coisas – minerais, vegetais, animais, homens, anjos e deuses – estão inseridas sistemicamente. De sorte que sequer desconfiamos de que isso possa ser uma característica, antrópica, introduzida por aquele que vê o universo e, ao vê-lo, (re)cria a realidade a partir do modo-de-ver ou do modo-de-interagir. E sequer suspeitamos que este modo-de-interagir possa ter sido introduzido em algum momento da história, sendo próprio não do cosmos nem da espécie humana, e sim do tipo de civilização.

Existe de fato uma mesma tradição por trás das manifestações culturais da nossa civilização patriarcal. Por meio dessa tradição, os códigos replicativos ou as mensagens-padrões que encontramos na mais remota antigüidade (considerada civilizada) são transmitidas para outras regiões do tempo, chegando inclusive aos nossos dias. Essa tradição se faz presente não apenas nos filmes infantis de desenho animado e nas obras de ficção científica, mas também nos monumentos arquitetônicos, como a nova pirâmide de vidro do Louvre, em Paris, no desenho industrial de armas e veículos, no funcionamento das escolas, no tipo de família, nos rituais das igrejas.

Existe realmente uma sabedoria nas vertentes de pensamento e ação conduzidas pela tradição. E também uma rigorosa moralidade baseada em códigos de justiça. Porém a sabedoria conduzida pela tradição é uma função do tipo de civilização que originou essa tradição. Como se fosse um reflexo do mundo recriado por esta civilização. Da mesma forma, os códigos de pureza e justiça contidos na tradição são adequados à reprodução deste modelo civilizatório.

Para além das doutrinas da tradição, o paradigma da tradicionalidade verticalizou o mundo “povoando” todo o universo simbólico – ou aquilo que já foi chamado de “mundo da psique” – com formas que não concorrem para o estabelecimento de um cosmos social que mantenha as mesmas propriedades em todas as direções mas, pelo contrário, privilegiam a direção vertical. Não é por outro motivo que achamos que Deus está em cima e que o Céu está em cima; o caminho evolutivo é sempre pensado como uma subida e o regressivo como uma descida. São camadas e camadas de interpretações simbólicas, depositadas uma sobre a outra, milênio após milênio. Basta entrar num templo de qualquer ordem espiritual tradicional para se perceber com que profundidade o universo simbólico está marcado pela direção vertical. Nessas construções - sobretudo da tradição ocidental, herdeira do simbolismo templário babilônico, i. e., sumério – o caminho que nos conduz para deus, representado em geral por um triângulo, passa entre as duas colunas que se elevam do piso plano. E então encontramos o triângulo com o vértice para cima, sobre o quadrado, o pentagrama verticalmente orientado e muitas outras “orientações” que “norteiam” o desenvolvimento dos rituais e das práticas mágicas.

O conteúdo ideológico que estes símbolos encarnam está inegavelmente associado à idéia de um

poder vertical, do qual a pirâmide é o mais expressivo exemplo. E há ainda as escadas, muitas escadas, introduzidas por primeiro pelos templos sumérios - os zigurates: pirâmides feitas de escadas, com degraus representando graus de subida; ou de descida.

Diz-se que os símbolos e os rituais tradicionais correspondem a arquétipos do inconsciente coletivo. Pode ser. Mas se for assim, eles entraram (ou foram implantados a partir de algum momento) nesse inconsciente ou nem sempre tal inconsciente existiu! Com efeito, não temos nenhuma indicação maior da presença desses símbolos nas sociedades paleolíticas ou neolíticas anteriores ao quinto milênio. Caso venhamos a encontrar tais indicações teremos que re-datar nossa “noite dos tempos”, recuando-a até o momento em que ocorreu a implantação. Ou em que surgiu o inconsciente, o que, de certo modo, é a mesma coisa.

Ora, só existe inconsciente porque os homens deixaram de ser conscientes de algumas coisas. Existe um inconsciente coletivo porque os seres humanos deixaram, coletivamente, de ser conscientes das mesmas coisas. É possível supor, como fez o matemático Ralph Abraham, que os seres humanos tenham deixado de ser conscientes de algumas coisas em virtude de uma regulação sobre o que deveria e o que não deveria ser admitido como válido numa determinada sociedade. Segundo essa hipótese, o inconsciente teria uma função social: abrigar aqueles conteúdos que, algum dia, já foram conscientes, mas que, a partir de um dado momento, deixaram de ser úteis para a reprodução do tipo de organização societária existente (Abraham et. al., 1989: 23) [Op. Cit.]

Podemos imaginar várias situações em que determinados conteúdos da consciência deixaram de ser úteis ou passaram mesmo a ser indesejáveis. Vamos supor que um grupo epipaleolítico primitivo passe a viver numa horda de conquistadores nômades. Para este tipo de organização societária já não teria tanta importância a consciência das sinergias entre os elementos minerais, o clima, as estações, as fases da lua, os períodos do dia – enfim, os ritmos da natureza e os seres vivos. Mas, pelo contrário, tudo isso poderia ser vital para uma aldeia agrícola neolítica.

Outro exemplo: para uma cidadela de guerreiros patrilineares não seria funcional a consciência das relações entre o papel nutriz das mulheres e a administração do excedente econômico alimentar. Mais um exemplo: a consciência da importância da livre expressão da sexualidade, para evitar desfechos destrutivos dos conflitos sociais, poderia causar sérios prejuízos a qualquer sistema de dominação baseado na propriedade privada, na família monogâmica e no direito de herança.

A consciência de que a morte não é o fim da vida, mas a sua transformação (e a conseqüente ausência do medo da morte) seria inaceitável para um poder que se mantém pela ameaça de tirar a vida aos que não se submetem às suas normas. Para este poder também seria inaceitável a consciência de que fazem parte da mesma totalidade as diferenças entre os seres humanos (de idade, sexo, naturalidade, cultura, aspecto ou condição física e psíquica), bem como os comportamentos desviantes, não sendo necessário separar, enquadrar, hierarquizar, discriminar – ou seja, ordenar o sistema através de julgamentos.

A consciência de que não existem bem e mal, ordem e caos, ou melhor, um bem separável do mal e uma ordem separável do caos, impediria a montagem de qualquer sistema de dominação. A ereção de um poder vertical exigiu que toda essa consciência imergisse, virasse inconsciência!

Nos porões da consciência expurgada de determinados conteúdos ocorreram transformações desencadeadas pela tensão entre consciente e inconsciente. Estas transformações modificaram os elementos submersos, desnaturalizando-os, desmaterializando-os, vertendo-os em símbolos polarizadores, sempre em busca de uma unidade perdida. Estabeleceu-se então uma dinâmica psicológica baseada em contraposições. A quebra da unidade psíquica gerou pares de opostos em todos os campos e setores da vida. E o mundo foi “recriado” com base nesses pares de opostos, foi modificado, antropicamente, para se adaptar à nova dinâmica.

Depois que a sua unidade psíquica foi quebrada, o homem passou a ver oposição e conflito em tudo. Tudo virou uma questão de lado. O lado da ordem (do bem, da vida, do belo, da luz, da sabedoria, do verdadeiro, do justo e do perfeito) e o lado do caos (do mal, da morte, da feiura, das trevas, da ignorância, do falso, do injusto e do imperfeito). O nosso lado (dos homens, dos heterossexuais, dos jovens, dos sãos, dos fortes, dos heróis, dos contrerrâneos) e o lado dos outros (das mulheres, dos homossexuais, dos velhos, dos doentes, dos fracos, dos vilões, dos estrangeiros).

O nosso lado não pode deixar se contaminar pelo lado dos outros. Tem que se manter separado, puro. O nosso lado não pode se deixar vencer pelo lado dos outros. Tem que vencê-lo, destruí-lo ou dominá-lo e subordiná-lo, quer dizer, submetê-lo à nossa ordem. As matrizes e os padrões do nosso “modelo” civilizatório foram geradas assim. O bem separado do mal e a ordem separada do caos são pressupostos do protótipo civilizatório surgido na bifurcação pré-histórica diante da qual não tomamos o caminho do simbiote. São conseqüências – ou fenômenos acompanhantes – de um consciente separado do inconsciente. São características do predador! Todos os nossos esquemas interpretativos e normativos baseiam-se nessas contraposições.

Todos nós somos seres cindidos interiormente. Há uma cisão interior que é necessária aos sistemas de dominação. O predador é o homem cindido interiormente. É um produto da quebra da unidade sinérgica do simbiote. Preda porque quer recuperar, devorando, suas contrapartes, num ritual antropofágico em busca da unidade perdida. É por isso que nos apegamos tanto à guerra do bem contra o mal. Mas o problema, como disse Schmookler, é que o recurso da guerra é em si o mal. [Schmookler, Andrew (1991). “O reconhecimento da nossa cisão interior” in Zweig, Connie e Abrams, Jeremiah (orgs.). Ao Encontro da Sombra: o potencial oculto do lado escuro da natureza humana. São Paulo: Cultrix, 1994.]

Segundo a psicologia analítica a psique cindida precisa de guerras e competições porque possui uma sombra. O problema é: como surgiu esse arquétipo da sombra? Ela nasceu conosco? Por que teria nascido? Precisamos de fato dessa “sombra”? O problema é se alguém precisa dela! Se a sombra não for uma característica da espécie humana, então ela entrou em nós em algum momento. Quer dizer, alguma constelação particular só teria conseguido se reproduzir se nós nos transformássemos em seus agentes reprodutores. Para tanto, fez-se necessário que tal arquétipo se implantasse abaixo do nível da consciência, para que pudesse emergir como um complexo capaz de possuir indivíduos e sociedades. Se isso de fato é assim então a pulsão básica que leva o homem a matar é a mesma que leva à ereção dos sistemas de dominação.

Mas o ser humano não é hostil por natureza. O homem hostil é próprio de um determinado tipo de

civilização: a civilização dos predadores eco-sociais. Uma sociedade de parceria não necessitaria dessa dinâmica para se reproduzir.

Criamos a civilização dos predadores eco-sociais tendo atitudes sacerdotais e hierárquicas diante do saber e do poder; e tendo atitudes autocráticas diante da política. Se estas atitudes não se desenvolvessem não existiria o homem hostil. Mas é necessário descobrir o que, precisamente, nestas atitudes, modificou o mundo do simbiote enquanto uma outra possibilidade civilizacional.

Existem algumas pistas. Na nossa civilização patriarcal substituímos a natureza pela tecnologia e a vida pelo conhecimento da vida. Esta foi uma típica operação mágico-sacerdotal. Por outro lado, desenvolvemos aquela característica hierárquico-autocrática de trocar a relação sinérgica com as coisas, os seres e as pessoas, pelo domínio sobre elas.

Ao constituir um paradigma de tradicionalidade introduzimos um padrão de ordem separada do caos. Essa ordem era, num certo sentido, alienígena, porque foi introduzida em dissonância com aquilo que poderíamos chamar, metaforicamente, de “ritmos de Gaia” (2). Quer dizer, era uma ordem estranha à ecologia planetária. Era uma ordem baseada em tecnologia.

Pode-se argumentar que foram as inovações técnicas que possibilitaram o progresso humano, pelo menos em termos materiais. Como seria o mundo sem a roda, por exemplo? Porém, antes, seria bom refletir um pouco sobre o que significa progresso humano. Vamos pegar o exemplo da roda. Hoje já temos evidências de que a roda, não por acaso, foi utilizada pela primeira vez em larga escala na Suméria, como meio de transporte pelo território. Mas quase ninguém percebe que a introdução da roda – principalmente da roda feita com aros, logo usada, também não por acaso, nos carros de guerra – foi a materialização de um modelo de ordem, circular, eterna, para perenizar o mundo construído pela tecnologia, congelando os fluxos transformadores do mundo natural.

A introdução da tecnologia alterou a dinâmica do simbiote. A tecnologia introduzida pelo atual modelo civilizatório não era neutra. Não existe essa coisa de “tecnologia neutra”, da qual se possa fazer bom ou mal uso. O uso da coisa está ligado à coisa, quer dizer, ao modo como ela foi feita, ao porque ela foi feita, e às alterações que isso acarretou no mundo. Até onde sabemos foi a partir da Suméria que se estabeleceu uma tecnoarquia, ou seja, uma ordem técnica que condensava um modo-de-interagir com o mundo. Por outro lado, ainda que não exista tecnologia neutra, o problema não está na tecnologia em si ou mesmo apenas no seu emprego, mas no modo como ela foi introduzida, como (não) foi disponibilizada; ou seja, o problema está na tecnoarquia.

Através da tecnoarquia o mundo foi criado como que pela segunda vez, estabelecendo-se novas dinâmicas interativas entre os seus elementos, sobretudo novas relações entre abundância e escassez. A escassez passou a ser administrada pela economia política do poder totalitário, passou a ser a fonte mesma desse poder. Isso não aconteceu apenas na Suméria, mas no Egito faraônico, na China antiga e no Perú incaico e em quase todos os lugares onde se materializou um padrão patriarcal de sociedade.

Uma coisa é dizer que os impérios não teriam podido se manter sem o controle dos insumos básicos: a terra, a água, os alimentos e as fontes de energia. Porém outra coisa é dizer que a escassez foi introduzida também pela tecnologia urbana, hidráulica e agrícola, e que, sem esta escassez

(programada, em certa medida) de recursos sobrevivenciais, os sistemas de dominação não teriam podido se reproduzir.

A introdução da tecnologia acarretou uma desestabilização vital nas sociedades. E isso era justificado, em termos míticos, pelo sacerdote. O sacerdote prescrevia os procedimentos mágicos para aplacar as forças misteriosas que, se não fossem satisfeitas, poderiam trazer a fome, a doença, a catástrofe, a morte. A precária ordem, imposta, do mundo construído, exigia grandes sacrifícios para se manter.

O mago-sacerdote egípcio conhecia os ciclos das enchentes do Nilo mas ocultava esse conhecimento do povo ignorante, quer dizer, do povo que ele mesmo mantinha ignorante ao ocultar este e outros conhecimentos. Então o mago-sacerdote egípcio exigia conformidade à ordem para que uma inundação não destruísse as plantações dos camponeses. Mas nada disso era natural ou necessário. O modelo hidráulico redistribuidor de água em canais de irrigação, construídos e controlados pela tecnologia faraônica, criava o perigo ao adensar povoamentos em locais de risco, numa proporção que ia muito além daquela exercida pela natural atração das terras mais férteis. No entanto, se o povo não vivesse sob a ameaça do perigo, como poderia ser recompensado pela sua aquiescência, sendo salvo do perigo? E como poderia ser castigado por sua desobediência à ordem, sendo abandonado ao perigo?

O conhecimento tecnológico ocultado pelos sacerdotes nas primitivas sociedades de dominação era mágico porque de fato tecnologia é magia, no sentido mais profundo do conceito. Ou seja: tentativa instrumental de ajuste da estrutura e da dinâmica do mundo a fim de influenciar a configuração de causas que produzirão mudanças de fluxos, segundo procedimentos anti-ecológicos *latu sensu*, ou não-holísticos. A magia-tecnologia constituiu um modo pelo qual a ordem invasiva do poder vertical foi penetrando no caos da vida e pelo qual a consciência de Gaia do simbiote foi fragmentada e estes fragmentos foram reprimidos e alocados num inconsciente. O eco-logos, a consciência da inserção numa mesma totalidade com o meio ambiente, foi substituído pelo saber (que é uma falsa consciência), mágico-tecnológico, do eco-nomos. Ou seja, pelo conhecimento da própria ordem imposta à natureza face à escassez e geradora de escassez para o presente e para as gerações futuras.

Seis mil anos depois da introdução da ordem tecnológica, os resultados desse modo-de-interagir com o mundo não se apresentam animadores. O saber do eco-nomos não nos livrou da fome, das doenças, das catástrofes ou da morte. Devastamos grande parte dos nossos recursos, desequilibramos consideravelmente os ritmos de Gaia e estamos, realmente, ameaçados de extinção como espécie.

Enquanto estiver em vigência o paradigma da tradicionalidade, prosseguiremos avançando como predadores, imaginando ainda (sob o influxo de um imaginário mítico) que todos os nossos carecimentos serão providos pelo desenvolvimento tecnológico. E acreditando que esse desenvolvimento poderá, magicamente, fornecer os meios para o crescimento ilimitado num mundo finito.

Dizer que a dominação social tem origens espirituais significa dizer que o poder vertical foi introduzido na terra dos homens pelos próprios deuses, ou seja, pela idéia que certos povos antigos tinham da divindade como instância superior à humanidade.

Os relatos mais antigos que encontramos falam de deuses que exigiam dos homens trabalho e obediência às normas. Que aceitavam sacrifícios e instituíam intermediários na sua relação com o povo. Que diferenciavam-se dos homens pelo conhecimento (tecnológico-mágico) e pela imortalidade (ou grande longevidade). Que separavam-se dos seres humanos, restringindo o acesso destes últimos aos seus espaços e equipamentos de circulação, moradia e vivência. Que mantinham a pureza de seus corpos (principalmente em termos reprodutivos, genéticos), ocultando seus conhecimentos (em especial aqueles conhecimentos relativos à geração e manutenção da vida) e proibindo o manuseio de suas ferramentas e armas. Assim eram, por exemplo, os “deuses” sumérios, os quais forneciam o modelo para a vida na terra e forneciam, também, o modelo para a busca espiritual dos seres humanos: ao invés de constituir humanidade, perseguir a super-humanidade. Ultrapassar os limites do humano (sobretudo o seu limite maior: a morte) tendo acesso aos conhecimentos que só os deuses possuíam. Para exercer a sabedoria, o poder e o domínio sobre coisas, seres e pessoas, como os deuses exerciam. E para serem imortais, como os deuses o eram. Depois disso parece que todos querem subir para os céus – que é a casa dos deuses. Isto é, a casa da vida, onde não se morre. Todos querem galgar os (de)graus da escada em busca de conhecimento e imortalidade.

Até hoje este modelo ainda vige em todos os sistemas de sabedoria da tradicionalidade. De modo que podemos dizer, sem medo de errar, que a mensagem-padrão foi transmitida com pleno êxito para as mais distantes regiões do tempo! Isto é o que se chama de tradição.

Isto é a tradição: ao nos transformarmos naquilo que eram os deuses antigos, repetimos o padrão concebido no passado, quer dizer, repetimos passado. Com isso, trancamos o futuro. É assim que nasce o poder! Sim. Os deuses sumérios são deuses necessários à ereção do poder vertical. Como todos os deuses não-humanizados, levam necessariamente à sistemas de dominação.

O que chamamos de poder é uma relação que transforma diferenças em separações. Poder vertical é aquele que estabelece uma ordem sagrada (hierarquia) na qual o futuro é afastado e colocado acima das possibilidades humanas. Sagrado queria dizer, no princípio sumeriano, restrito, reservado, separado. Para montar uma hierarquia é necessário separar o homem do seu futuro. Essa operação de separação do futuro foi realizada com a introdução, nas esferas espirituais da humanidade, de uma certa idéia de deus. Os sistemas de dominação do poder vertical só podem se instalar: a) se deus estiver fora da história, mas determinando a história; b) se deus estiver acima dos homens; c) se deus estiver no passado: como um criador, do mundo e do homem e, portanto, como um ordenador do cosmos; d) se deus instituir intermediários humanos na sua relação com os homens; e, e) se deus exigir ou aceitar sacrifícios humanos oferecidos por tais intermediários (que inicialmente eram os reis-sacerdotes).

A maneira pela qual o deus-do-Êxodo, dos profetas hebreus, teve que ser modificado para possibilitar o domínio dos reis e dos sacerdotes em Israel constitui talvez o melhor exemplo histórico da necessidade, que têm os sistemas de dominação, de implantar uma certa idéia de deus (ou de futuro humano) para se instalar. Aquele deus dos profetas hebreus era um deus histórico, que não exigia culto e que caminhava à frente do povo, estando pois, a rigor, no futuro. Ora, se deus estiver no futuro, então o poder vertical não consegue se materializar, uma vez que o seu Reino é utopia, é não-lugar. Logo, os homens não podem representá-lo num reino concreto, aqui-e-agora.

Acabamos nos transformando naquilo que eram os deuses sumérios, exceto por um “detalhe”: a imortalidade. Aqui parece estar o segredo! Ao falar da relação do homem com o seu futuro estamos falando da sua relação com a morte. Mas ao perseguir igualar-se ao modelo, super-humano, do ser que não morre, o homem envereda por um dos ramos da bifurcação que conduz ao poder vertical. A ânsia de imortalidade, de escapar da transformação da morte para ser igual a um deus, leva o homem a querer paralisar o fluxo da vida, construindo para si um mundo imune à corrupção do tempo. Um mundo separado, reservado, conservado, no qual as possibilidades de futuro são congeladas. Neste mundo a utopia vira mito e o mito vira crença e a crença repetida pelo rito cava um sulco por onde devem escorrer as coisas que ainda virão.

O homem constrói monumentos à perenidade, que ele mesmo não possui: sobretudo templos e túmulos. Cerca seus espaços de vivência. Separa-os dos demais espaços, para não ser contaminado pela impureza que pode apressar a dissolução da ordem que sustenta a sua vida biológica e social. É assim que nasce a cidade murada e fortificada, que é inicialmente um templo mesmo. E, logo depois, também um túmulo. No templo o homem tenta, desesperadamente, comunicar-se com a fonte da vida – sempre em busca da imortalidade. Como não consegue, entrega-se ao túmulo consagrado, esperando alcançar uma outra vida.

É porque não aceita a transformação da vida que o homem resiste e teme a morte. Resiste ao fluxo que substitui e recombina os elementos vitais numa totalidade mais abrangente. Imaginando que a dissolução do seu ego seja a derrota suprema, o fracasso derradeiro, o homem luta para manter a integridade da ordem das coisas, afim de repetir as mesmas constelações de eventos e objetos que o sustentaram no passado e até aqui. E aí repete indefinidamente o passado, desafiando as estações e os ritmos naturais. Tudo passa, mas eu não posso, porque não quero, passar. Assim fala o ego do predador!

Temendo a morte o homem passa a cultuar a morte. Cultua a morte porque quer ficar separado da morte. O culto da morte se exerce pelo sacrifício da vida. O medo da morte, que leva ao culto da morte, leva o homem a matar. O instrumento fundamental do culto da morte é a espada que tira a vida. Sim, a espada que separa, com a qual Marduk (o deus da ordem), cortou Tiamat (a deusa do caos); isto é: ordem separada do caos. A espada alquímica (símbolo da separatio) que corta o ovo que porta e alimenta a vida, levando à operação chamada coagulatio, através da discriminação e do julgamento. Com efeito, todas as obras que os seres humanos realizam para escapar da morte ou resistir ao fluxo transformador da vida são coagulações, materializações, cristalizações, congelamentos de fluxos. Sejam essas obras zigurates, pirâmides, muralhas colossais cercando templos-palácios – e todas as organizações piramidais erigidas para manter a ordem, como o Estado, por exemplo.

O culto da morte é um culto da ordem. A ordem do mundo construído tem que ser mantida, custe o que custar. Para aplacar as forças ameaçadoras da dissolução, instaura-se o sacrifício, a oferenda ritual do sangue, do suor e das lágrimas de vítimas propiciatórias. Os sofrimentos infligidos a essas vítimas fornece a energia necessária para alimentar o sistema, mantendo “vivas” as realizações que o ego externalizou. Os poderosos não torturam apenas porque querem obter informações estratégicas. A violação pela tortura é um ato ritual. A câmara de tortura é uma espécie de dínamo, central de energia, usina. É assim que o poder adquire uma característica maligna: quando impõe, de modo deliberado e instrumental, sofrimentos aos seres humanos para perpetuar um sistema de dominação.

E é por isso que, para qualquer humanismo, inclusive para a ética marxiana (Heller, 1982: 129), aliviar o sofrimento é a chave para a construção da humanidade ou a redenção do humano. [Heller, Agnes (1982). “A herança da ética marxiana” in Robsbawm, Eric (org.). História do Marxismo, vol. XII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.]

O predador é o ser possuído por mitos e complexos. Se fossemos simbiontes não haveria esta possessão, mesmo porque não existiria qualquer coisa como um “inconsciente coletivo”. O que chamamos de inconsciente coletivo parece ter sido a forma pela qual os seres humanos se tornaram coletivamente inconscientes de algo como uma “alma do mundo”, a qual, em virtude disso tornou-se, ela própria, inconsciente, uma vez que a sua consciência eram os seres humanos.

A “alma do mundo” primitiva poderia ser concebida como uma espécie de “mente de Gaia” se entendemos por isso uma expressão das interações sinérgicas que se processavam no interior da totalidade homem-natureza. Ocorre, entretanto, que essa “alma do mundo” não era humana, ou completamente humana. Uma vez remetida para os porões da consciência, ela ficou lá tentando se comunicar conosco através de formas simbólicas. Como não podíamos entender tal linguagem, preenchemos estas formas sem conteúdo com o conteúdo fornecido pelos padrões do tipo de civilização que predominou nos últimos seis mil anos. Inculcados pela repetição sacerdotal, milênio após milênio, tais conteúdos criaram o homem civilizado à imagem e semelhança dos deuses necessários ao sistema dominador.

Os arquétipos de que tanto se fala são na verdade formas simbólicas preenchidas com o conteúdo dos padrões da sociedade de dominação. O ancião; a grande mãe (matrona, a âni^{ma}); o mago (o ânimus); o herói (guerreiro); o poderoso rei; o guia (velho sábio, rei-criança-deus sacrificado, o self); a meretriz (donzela); o trapaceiro (hermafrodita); a sombra, o ego e a persona; e, por último, o corpo exilado do espírito (a jovem mulher coroada) – todos esses (os de sempre), são os tipos básicos de arquétipos. Mas agrupados numa constelação que foi replicada pela tradição em todos os sistemas de sabedoria, este conjunto de arquétipos acabou constituindo um esquema. Um esquema de relações organizadoras capaz de conter todas as possibilidades do que foi, é e será na existência, normatizando não apenas o presente e o passado, mas também o futuro.

Foi assim que a coisa toda se manteve, automaticamente porque inconscientemente. Essa foi a maneira pela qual a tradicionalidade capturou o mundo, aprisionou-o, suprimindo a história como campo aberto à novas possibilidades civilizacionais.

Não é a toa que as vertentes de pensamento ligadas à tradição não se dão muito bem com a história. Elas de fato não gostam muito das transformações que podem acontecer na história, sem que ninguém planeje, sem que exista um plano, uma inteligência superior organizando tudo, quer dizer, fazendo valer a sua ordem.

O próprio Jung reconheceu que a definição e a orientação do inconsciente são funções que só foram adquiridas numa fase relativamente recente da história humana e que, mesmo hoje, estão bastante ausentes nos povos primitivos. São suas palavras, textualmente. Portanto, a psicologia analítica supõe que existam adaptações que são necessárias à sobrevivência num mundo civilizado e que só foram adquiridas pela humanidade com sacrifício muito grande. Sem essa adaptação nem a ciência nem a

sociedade poderiam existir, pois ambas pressupõem a garantia de continuidade do processo psíquico. A sobrevivência depende da continuação adaptativa, do desdobramento (ou evolução) que ocorre, partindo do inconsciente até chegar ao consciente.

O inconsciente coletivo passou a ter a função psico-social de adequar o ser humano ao tipo de civilização estabelecida. As mensagens simbólicas emitidas por este inconsciente já continham os elementos de dominação do poder vertical, dando a impressão de que os arquétipos eram constitutivos da própria espécie humana. Até mais do que isso. Por exemplo, o rei com sua coroa e o seu cetro, o mago com seu bastão, o herói guerreiro com sua espada transformaram-se em modelos da criação, não apenas do homem mas do próprio cosmos.

Jung afirma que os símbolos tradicionais – como a espada, por exemplo – são uma antiga herança humana, mas não revela como esta herança foi adquirida. Não diz que tal símbolo (no caso da espada) pode ter sido introjetado a partir de determinado tipo de organização social. Pelo contrário, deixa a questão da origem de símbolos como estes e de seus correspondentes arquétipos imersa nas mesmas brumas de onde, também, teriam brotado os instintos. O problema é que ao imaginar que a evolução humana se dá pelo desdobramento do inconsciente, ao achar que o inconsciente contém todas as combinações que com o tempo e condições favoráveis virão à luz no consciente, Jung formulou, na verdade, uma teoria da adaptação ao tipo de civilização gerada com base na separação entre consciente e inconsciente. Tanto é assim que, para ele, a neurose e a psicose são padrões de inadaptação.

Estamos ainda tão envolvidos por esse modo-de-ver baseado na separação entre consciente e inconsciente (que afinal não é de Jung, nem de outros psicólogos e mitólogos, mas de todos os sistemas de sabedoria da tradicionalidade) que nem desconfiamos de que, talvez, não exista um modelo, universal e único, de civilização, ao qual, obrigatoriamente, temos de nos adaptar. E sequer nos lembramos de perguntar se, de fato, precisamos disso para existir como espécie humana e para realizar a nossa humanidade.

Tão profundo foi o sulco escavado que até hoje, já no início do século XXI, mesmo os que anunciam uma “nova era” não conseguem se desvencilhar do esquema ancestral que constela sempre os mesmos arquétipos segundo um padrão determinado. Essas pessoas vivem tecendo múltiplas variações e recombinações indefinidamente os elementos internos desse esquema, mas nunca rompem com ele. Sem conseguir romper com a réplica do mundo criada pelo paradigma da tradicionalidade, os arautos da “nova era” acabam, quase sempre, anunciando “um novo reino dos velhos magos”. Podemos constatar isso examinando os milhares de títulos da chamada literatura espiritualista contemporânea.

Se quisermos algum dia ter a volta do simbiote, o esforço humano deverá concentrar-se em tornar novamente consciente a “alma do mundo”, agora para humanizá-la, transformando-a numa “alma humana do mundo” ou na “alma da humanidade”. Esta é uma possibilidade, imaginada, de futuro, que, realizada, corresponderia à uma verdadeira mutação civilizacional. Não podemos saber se isso significaria o fim dos mitos, mas talvez significasse o fim do poder do mito sobre os seres humanos e da posse dos complexos.

Com uma “alma do mundo humanizada” certamente não poderia existir na terra dos homens o poder

vertical. O mundo do simbiote eco-social não seria presidido pela separação que transforma diferenças em desigualdades e gera o fenômeno do poder dominador. O fim da separação é o fim da espada e do muro, como geratrizes da realidade cindida entre sagrado (nós, os amigos) e profano (eles, os inimigos). O fim da espada é o fim da guerra como instituição permanente, que supostamente espelha uma realidade cósmica imutável, simbolizada pelo combate arquetípico entre o herói-guerreiro e o vilão-guerreiro e, portanto, tida e mantida por inevitável. O fim do muro é o fim das cercas fortificadas que estão na origem da Cidade-Templo-Palácio-Estado e que hoje ainda permanecem nas fronteiras entre países. Mas seria também o fim daquelas instituições que operam como centros reprodutores de costumes, normas de moralidade e crenças com o objetivo de adaptar o ser humano ao tipo de sociedade patriarcal e dominadora.

Em outras palavras, seria o fim das instituições que não produzem capital social, que privatizam capital social ou que produzem capital social “negativo”. Por outro lado, seria a oportunidade para o florescimento de novas instituições horizontais, constituídas com base na cooperação, constitutivas de uma sociedade de parceria, como veremos mais adiante.

6 – Um novo modo-de-ver as origens da cultura civilizada

As considerações precedentes, é bom repetir, decorrem, em grande parte, de um exercício de imaginação. Elas constituem um ensaio sobre um novo modo-de-ver as origens da cultura civilizada. Para estabelecer um novo conceito de capital social me parece fundamental fazer esse exercício – imaginar possibilidades alternativas ao “modelo” patriarcal – porquanto acabamos pensando sempre a partir de pressupostos não-científicos (i. e., que não podem ser validados no âmbito do sistema racional que sobre eles se constrói), que raramente discutimos quando trabalhamos em nossas teorias sociais, que reforçam o paradigma civilizacional predominante.

Por outro lado, há também um motivo político para esta exercitação: talvez a melhor maneira de criticar as coisas de que não gostamos é imaginando como desejaríamos que elas fossem. Imaginar e desejar um futuro alternativo é condição para realizá-lo. O que, certamente, é a melhor forma de mudar as coisas de que não gostamos.

Para tanto, não é necessário falar de realidades e, muitas vezes, nem de tendências verificadas hoje em dia. Ao colocar a idéia de que as coisas não precisam continuar sendo como foram, estamos exercendo uma poderosa crítica ao nosso tempo. Imaginar um desejável futuro alternativo significa, de algum modo, desestabilizar a situação do mundo atual. Pois quando as pessoas começam a vislumbrar a possibilidade do novo, o velho pode começar a se preocupar. Levantar novas possibilidades é contribuir para que as coisas não continuem sendo como são. É, em certo sentido, criar futuro.

Se o futuro imaginado e desejado for realizado antecipatoriamente, isto é, se algumas pessoas – e depois outras, e cada vez mais gente – começarem a se comportar como se este futuro já tivesse chegado, então ele deixa de ser futuro e passa a ser presente. Neste caso, a mudança do velho para o novo terá se consumado.

De qualquer modo, se quisermos alterar alguma coisa no presente, temos que fazer uma viagem de

ida e volta ao futuro. Pois que o futuro vem antes do presente. Ou seja: para chegar a um (novo) presente – que não seja apenas repetição de passado – é necessário, antes, passar pelo futuro.

Quando comecei a escrever este texto estava plenamente convencido das idéias que acabei de expor acima. Mas agora, que me aproximo do seu final, me dou conta de que não basta imaginar e desejar um futuro melhor para antecipá-lo através de ações concretas. É necessário, também, modificar o passado (na medida em que isso significa, sempre, modificar nossa visão do passado – o qual, ainda que não tendo existência objetiva, influencia decisivamente nossa visão do futuro).

O simbiote é, obviamente, uma imagem de futuro projetada no passado. Na verdade ele não pode voltar, porquanto nunca existiu enquanto alternativa de projeto civilizatório. Existiram, provavelmente, agrupamentos humanos que não se caracterizavam pela predação eco-social, embora não deixassem de colidir, eventualmente, com a natureza e entre si, por recursos sobrevivenciais. Em alguns casos talvez se possa dizer que a dinâmica de certos grupos de coletores paleolíticos e de algumas aldeias agrícolas neolíticas se aproximava de um padrão de simbiose, uma vez que os seres humanos inseridos nesses coletivos se beneficiavam mutuamente da sinergia estabelecida com o meio ambiente em consonância com os ritmos naturais. As águas, o ar, o solo, o clima e os organismos vivos compunham uma totalidade biocenótica eco-equilibrada que possibilitava, durante determinados períodos, um efeito antrópico não-desarmonizante. Socialmente falando, também é muito provável que uma cultura basicamente cooperativa tenha predominado nesses agrupamentos humanos por certo tempo. Durante tais períodos, às vezes bastante longos, é possível que tenham existido, de fato, sociedades de parceria, como quiseram ver Riane Eisler (1987) e Humberto Maturana (1993). [Eisler: Op. Cit.; Maturana, Humberto & Verden-Zöllner, Gerda (1993). *Amor y Juego: fundamentos olvidados de lo humano – desde el Patriarcado a la Democracia*”. Santiago: Editorial Instituto de Terapia Cognitiva, Quinta Edición, 1997]

Projetamos a imagem do simbiote no passado justamente para dizer que essa poderia ter sido uma alternativa civilizatória, se os seres humanos tivessem tomado o outro ramo da bifurcação, ao invés daquele que nos levou às sociedades de dominação. Ora, quando projetamos a imagem do simbiote no passado, modificamos o passado, modificando também o nosso futuro.

7 – Sociedades de parceria e capital social

A presumível inexistência de sociedades de parceria, relativamente estáveis e duráveis para poder servir como paradigma alternativo de um outro projeto civilizatório – não-patriarcal –, em nosso passado pré-histórico, não implica que tais sociedades não tenham existido, de modo mais ou menos embrionário, eventual, localizado ou fugaz, em eras pretéritas, desde que grupos de primatas começaram a tecer redes de conversações, tornando-se, a rigor, humanos no sentido atual em que o termo se aplica à nossa linhagem. Nem significa que tais sociedades não possam ter existido em épocas mais ou menos recentes – notadamente do período neolítico e mesmo depois da chamada revolução urbana – nem que não possam existir no presente ou vir a existir no futuro.

Sociedades de parceria são, afinal, sempre comunidades, ou seja, coletividades constituídas a partir da cooperação gerada por um emissor que acolhe o outro no próprio espaço de vida “produzindo”

com-vida. Como vimos, é a cooperação que gera ‘capacidade de comunidade’, quer dizer, capacidade de constituir e de viver em comunidades, capacidade de realização de projetos comuns entre indivíduos, grupos ou organizações singulares, com interesses e opiniões diferentes. E nada impede que existam comunidades em sociedades não-comunitárias, digamos assim. Em outras palavras, nada impede que sociedades de parceria floresçam como subregiões de um conjunto maior, em circunstâncias em que este último não possa ser caracterizado, enquanto tal, como uma sociedade de parceria.

Poder-se-ia dizer que se existem seres humanos que manifestam tal emocionalidade – geratriz da cooperatividade –, não se formarão comunidades somente se houver algo que impeça a ampliação social da cooperação. Assim, a pergunta: ‘por que os seres humanos cooperam?’ está mal-colocada; dever-se-ia perguntar o contrário: ‘por que seres humanos, em determinadas circunstâncias, deixam de cooperar?’ uma vez que para cooperar não é necessário ter um motivo, em termos instrumentais, mas para não-cooperar é preciso, certamente, que exista algo impedindo a cooperação.

Existem, todavia, muitos níveis de complexidade do que chamamos de comunidade: um grupo primitivo de sapiens provavelmente apresentará um padrão organizacional e um modo de regulação de conflitos também primitivos: a “vida” dessas comunidades não apresentará, por exemplo, propriedades de automanutenção e seu “metabolismo” não será sofisticado ao ponto de admitir regras democráticas de solução de conflitos. Por certo, haverá pouca geração de capital social, o que não quer dizer que haverá geração de capital social “negativo”, como no caso de existirem padrões hierárquicos de organização e modos autocráticos de regulação instalados. Talvez não seja mesmo muito adequado denominar tais coletividades de sociedades de parceria; certamente, mais inadequado ainda seria classificá-las como sociedades de dominação.

Se existirem grupos que privatizam capital social, como é o caso da família monogâmica, é sinal de que já se instalaram padrões hierárquicos de organização e modos autocráticos de regulação. Não é por acaso que a família monogâmica tenha surgido, ao que se sabe, na mesma época do que a Cidade-Templo-Estado monárquica mesopotâmica. Família monogâmica e Estado são realidades coetâneas. Neste caso já estamos na presença de sociedades de dominação.

Porém mesmo na presença de instituições que “privatizem” capital social (como a família monogâmica) ou que produzam capital social “negativo” (como as ordens militares), ou seja, mesmo em sociedades de dominação, podem existir comunidades, neste caso sem que a sociedade como um todo se estruture com base em comunidades e possa ser caracterizada por isso. Ilhas de parceria num mar de dominação terão, naturalmente, muitas dificuldades para se manter, para crescer e para se “reproduzir” – mas poderão fazê-lo em certas circunstâncias. Não fosse assim, não teria sobrado nenhuma herança de nossa infância matrística – para usar as expressões de Maturana.

Muitos fatores devem comparecer, conjunta e interligadamente, para possibilitar a formação de comunidades como instituições sociais determinadas, sobretudo quando inseridas em sociedades de dominação. Nestas boundary conditions, digamos assim, talvez não seja possível a ampliação social da cooperação a não ser aproveitando brechas abertas pela livre invenção humana – como é o caso da invenção da democracia. Ademais, parece ser necessário que pessoas e grupos possam conectar-se com pessoas e grupos de modo horizontal. Na ausência dessa possibilidade não pode se dar a

emersão de sociedades de parceria.

O fato é que se não existissem sociedades de parceria não poderia haver capital social. Se existe capital social “positivo”, de qualquer qualidade ou em qualquer quantidade, é sinal de que existem – ainda que embrionariamente, eventualmente, localizadamente ou fugazmente – sociedades de parceria, ou seja, comunidades como conjuntos cimentados pela cooperação. Só não existiria capital social (“positivo”) se conseguíssemos impedir qualquer tipo de ligação horizontal entre pessoas e grupos, se hierarquizássemos a sociedade a tal ponto que todos os seres humanos passassem como que a ocupar um “degrau da escada”, quer dizer, um grau diferente de poder – o que constitui uma tarefa impraticável, a não ser nos esquemas míticos que consubstanciam as tradições sacerdotais e monárquico-militares. Isso significa que as conexões em rede entre pessoas e grupos constituem uma das chaves para a compreensão do processo pelo qual o capital social pode ser gerado numa dada coletividade. Devemos voltar a nossa atenção agora, portanto, ao chamado padrão de rede.

Brasília, 2001

(1) Há um vasto conjunto de sumeriológicos – ou de autores que escreveram sobre a Suméria ou sobre a Mesopotâmia antiga – ao qual o leitor pode recorrer se estiver realmente interessado em se aprofundar no assunto. A lista é por demais exaustiva e por amor a brevidade não vou expô-la aqui com as referências completas. Além de Samuel Noah Kramer, Albright e Amiet. Barton, Billerbeck, Borger, Bosanquet, Breasted e Buren. Campbell, Chiera, Childe e Contenau. De Morgan, Deimel e Delaporte. Ebelin, Epping e Erman. F. Jean, Falkenstein, Finegan, Forbes, Fossey e Frankfort. G. Smith, Gordon, Gray, Gressman, Gurney e Güterbock. Hall, Harper, Hartner, Heidel, Heinrich, Hilprecht, Hommel e Horne. J. Smith, Jacobsen, Jastrow, Jensen e Jeremias. King e Kugler. Lambert, Landesberger, Langdon, Leemans, Lengruber e Luckenbill. Martin, Martiny, Maspero, Millard e Moret. Neugebauer. Ollwright, Oppenheim e Oppert. Pallis, Parrot, Pinches, Poebel, Polyhistor, Price e Pritchard. R. C. Thompson, Radau, Rawlinson, Redslob e Reiner. Sarton, Sayce, Scheil, Schlobies, Schneider, Scholtz, Shileiko, Sin, Sitchin, Soden, Stechini e Strassman. Thomas e Thureau-Dangin. Virolleaud. Waerden, Watelin, Weidner, Weissbach, Winckler, Witzel, Wood e Woolley. Zimmer. E pode consultar também Adams, Baumann, Beek, Bergh, Bermant, Bibby, Black, Bottero, Braidwood, Brice, Brinkman, Burney, Carter, Collon, Cooper, Crawford, Curtis, Dalley, Ellis, Fagan, Frankel, Gabriel, Glubok, Grayson, Hartman, Hauptmann, Herrmann, Hirmer, J. e D. Oates, Johansen, Kleiss, Kupper, La Fay, Larsen, Lloyd, Mallowan, Matthiae, Mc Call, Mellaart, Metz, Moorey, Moortgat, Nissen, Parpola, Perkins, Pettinato, Piotrovskii, Porada, Postgate, Powell, Reade, Redman, Ringgren, Roaf, Roux, Safar, Saggs, Singh, Sollberger, Stolper, Strommenger, Teissier, Weiss, Wilford, Winstone e Wolkstein. Para quem o tempo é escasso recomendo, a leitura das seguintes obras de Kramer: “Emmerkar and the Lord of Aratta” (1952); “From the Tablets of Sumer” (1956); “Sumerian Mythology” (1961); “The Sumerians” (1963) e a coletânea “Mythologies of the Ancient World” (1961); ou, pelo menos, o “History Begins at Sumer” (1959), citado no texto e referido na bibliografia.

(2) A contribuição de Margulis (juntamente com Lovelock), denominada hipótese Gaia, sofreu – e ainda sofre – muitas restrições por parte do pensamento científico oficial. “Gaia... é um nome conveniente para um fenômeno que abrange toda a Terra: o ajuste de temperatura, acidez/alcalinidade e composição gasosa. Gaia é a série de ecossistemas em interação que compõem um simples e enorme ecossistema na superfície da Terra... não é um único organismo... não é uma noção vaga e exótica de uma mãe Terra que nos aquece. A hipótese Gaia é ciência. Conforme pressuposto na teoria Gaia, há poucas formas pelas quais a superfície do planeta se comporta como um sistema fisiológico. Entre os aspectos fisiologicamente controlados estão a temperatura superficial e a composição dos gases reagentes, inclusive o oxigênio, e pH ou acidez-alcalinidade” (Margulis e Sagan, 1998: 113-4.116). A reação à hipótese Gaia, na verdade, é uma reação ao padrão de rede, um apego – tradicionalista – à concepção de controle centralizado por um chefe ou cérebro central (mainframe). Com efeito, os críticos de Gaia

dizem “que nenhum ser planetário pode agir de forma consensual se não tiver controle consciente... [mas] Gaia, como a rede entrelaçada de toda vida, está viva, atenta e consciente em vários graus, em todas as suas células, corpos e sociedades. De forma semelhante à propriocepção, os padrões de Gaia parecem ter sido planejados, mas ocorrem na ausência de qualquer “chefe” ou “cérebro” central” (Idem: 118.9) (n. i.). O que parece estar em jogo aqui não é somente o conteúdo, substantivo, da hipótese científica de Margulis e Lovelock, mas os modelos mentais de um padrão de organização hierárquico e de um modo de regulação autocrático, próprios das sociedades de dominação.

SOBRE O TEXTO PUBLICADO AQUI

CONTEXTO 2 tem apenas um texto: o capítulo 8 do meu livro *Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Brasília: Instituto de Política / Millennium, 2001. Foi escrito há 7 anos. Teria hoje muitos reparos a fazer. Mas não vou fazê-los. Está reproduzido aqui como um registro do caminho investigativo que me levou a fazer explorações imaginativas no multiverso de conexões ocultas que configuram o que chamamos de social. Esse, foi, portanto, o meu caminho para as redes sociais.

AUGUSTO FRANCO - Escola de Redes
<http://contexto2.blogspot.com/>